

Desmembramento em área Rural para fins residenciais e/ou comerciais

Documentação necessária para solicitação de Parecer Técnico

1. **Impresso denominado “Solicitação de”** – devidamente preenchido. As duas folhas devem ser entregues assinadas, mesmo nos casos em que a folha 2/2 esteja em branco. Tratando-se de funcionário da firma requerente, deverá ser preenchido o campo “Autorização”, do impresso, e deverá ser apresentada, para conferência do vínculo, documentos comprobatórios como Carteira Profissional Registrada, Hollerith etc.
2. **Procuração:** quando for o caso de terceiros representando a empresa, apresentar o documento assinado pelo responsável da empresa ([modelo de Procuração](#)).
3. **Matrícula do imóvel** atualizada em até 180 dias ou conforme prazo de validade definido pelo Cartório de Registro de Imóveis.
4. **Planta planialtimétrica** do imóvel em 3 vias, em escala compatível com a área do imóvel, contendo a demarcação:
 - Da(s) área(s) de Reserva Legal Averbada(s), se houver ;
 - Da vegetação nativa existente no imóvel, se houver;
 - Das áreas de preservação permanente, se houver;
 - Situação atual da gleba e situação pretendida após o desmembramento;
 - Dos corpos d’água, caminhos, estradas, e edificações existentes no local (se houver);
 - Coordenadas geográficas ou UTM e indicação do DATUM horizontal.A Planta deverá ser assinada pelo proprietário e por técnico habilitado pelo CREA.
5. **ART** do responsável técnico pela elaboração da planta e memorial descritivo
6. Se o imóvel não possuir a Reserva averbada, apresentar:
 - Protocolo de registro da propriedade no SiCAR com delimitação da Reserva Legal.
 - Planta planialtimétrica georeferenciada contendo a demarcação do perímetro da propriedade e da Reserva Legal (com no mínimo um ponto georeferenciado), e quadro de áreas.
 - ART do responsável técnico pela planta

Documentação complementar a ser entregue em casos de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI):

1. **Cópia do contrato social**, registrado na Junta Comercial do Estado – JUCESP (exceto para empresas recém constituídas) e declaração do responsável pela empresa de que responde, sob as penas das Leis Civil e Penal, pelas informações prestadas (conforme modelo), comprometendo-se ainda a informar à CETESB caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte;
2. **Cópia do Comprovante de Optante pelo Simples Nacional** (se optante);

Informações adicionais

- Todos os documentos que forem apresentados em cópias xerográficas deverão ser apresentados em conjunto com o original para conferência.
- Todos os documentos, quando não for especificado, devem ser apresentados em uma via.
- A CETESB se reserva o direito de exigir complementação de informações a qualquer momento da análise do processo.

Preço: 70 UFESP

Preço para microempresa ou empresa de pequeno porte: 7 UFESP

Ao protocolar o pedido, a Agência Ambiental emitirá a Ficha de Compensação com o preço da solicitação, que poderá ser recolhido em qualquer banco, até o vencimento. Após o vencimento, somente poderá ser recolhido no Banco do Brasil, num prazo de 10 dias.

Decorrido este prazo, nova Ficha de Compensação deverá ser obtida junto à Agência Ambiental da CETESB.

Legislação

Definição do Preço: Artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997/76 aprovado pelo Decreto nº 8.468/76 e alterado pelo Decreto nº 47.397/02.